**PROGRAMAS DE GOVERNO NA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA:**

**UM OLHAR SOB A EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS**

Ivoneide Aires Alves do Rego

Graduanda de pedagogia UFRN

ivoneideaires@gmail.com

Clara Jeane Alves Rego Souza

Graduanda de pedagogia UFRN

clarajeane@hotmail.com

Maria das Dores Alves de Souza

Graduanda de Pedagogia UFRN

dorinhaececilia@hotmail.com

**RESUMO**: Este trabalho traz um relato de uma pesquisa realizada em escola da educação básica a respeito dos programas de governo presentes na instituição escolar, objetivando estudar e analisar o impacto desses programas no cotidiano da escola. Para tanto, nos pautamos nos estudos de Dourado (2017) Secchi (2014), na LDB lei n. 9394/96, os quais contribuíram para a compreensão do que vem a ser as políticas públicas e a relevância delas no âmbito educacional. Assim sendo, escolhemos uma escola de educação básica estadual do município de Pau dos Ferros, RN, onde realizamos uma entrevista semiestruturada com a equipe gestora e pedagógica da escola. Os resultados mostraram que a escola conta com vários dos programas de governo de esfera federal e estadual, como é o caso dos PNLD, PNAIC, PIP, PNAE, Novo Mais Educação, Mais Alfabetização, dentre outros. A presença desses programas tem contribuído com o desenvolvimento da escola e a melhoria da educação na instituição, entretanto, faltam recursos estruturais para a implementação e efetivação satisfatória das políticas públicas existentes na escola.

**Palavras-chave**: Escola Pública. Educação básica. Políticas educacionais.

**1 INTRODUÇÃO**

A educação no Brasil tem sofrido transformações diversas ao longo da história política nacional. Desde a criação de leis específicas sobre o tema a criação e revogação de decretos, portarias, estatutos tudo na tentativa de melhorar a qualidade da educação no país. Leis como a Lei de diretrizes e Bases da Educação, LDB de 1961 até chegar à LDB de 1996, várias já foram as alterações nos textos das próprias leis, acréscimo e retiradas de pontos significativos, detalhes que tem interferido diretamente no desenvolvimento educacional brasileiro, a própria Constituição de 1988, já possui emendas constitucionais que tem modificado o cenário da educação no país de diferentes formas.

Com a democratização nacional e os distintos ideais políticos eis que são instituídos programas e planos educacionais com objetivos e metas traçados a serem desenvolvidos num prazo de 10 anos, numa tentativa de garantir a continuidade de projetos e metas entre diferentes governos. Contudo desde a instituição do primeiro Plano Nacional de Educação - PNE em 2001 aos dias atuais já se passaram 17 anos e três PNEs já estiveram em curso, os resultados também tem sido diversos e controversos, alguns estudiosos constroem críticas positivas outros ainda apontam aspectos negativos, como aponta Dourado (2017) quando fala da possível “secundarização” do PNE, no entanto, a educação nacional segue seu rumo independente das políticas adotadas e leis outorgadas o cotidiano das escolas não para e, é dentro das escolas que podemos averiguar mais de perto o impacto das políticas educacionais.

Assim sendo, este artigo foi resultado de uma atividade multidimensional no Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, e, construído com o objetivo de proporcionar conhecimentos sobre a escola pública e a realidade sociocultural em que a organização do trabalho educativo é realizada, com ênfase nas políticas públicas. E mais especificamente, realizar pesquisa que proporcione conhecimentos sobre estudantes e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências, sobre processos de ensinar e de aprender e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas. Pautado nos conceitos teóricos de Sechi (2014), Libâneo; Oliveira; Toschi (2012), Dourado (2017), bem como nos postulados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Lei n. 9.394/96.

A pesquisa foi realizada em escola pública estadual da cidade de Pau dos Ferros, RN onde fizemos um breve visita e solicitamos a colaboração de funcionários da equipe gestora e pedagógica da escola durante uma entrevista semiestruturada com 04 perguntas abertas sobre os programas educacionais presentes na instituição escolar.

Os resultados dessa pesquisa encontram-se aqui descritos e para melhor compreensão do relato dessa pesquisa dividimos este trabalho em 04 partes: a Introdução que ora apresenta esse relato da pesquisa, o segundo tópico que traz uma caracterização da escola campo de pesquisa, o terceiro tópico onde fazemos uma análise sucinta dos programas presentes na instituição escolar pautados na teoria que norteou essa trabalho, seguido das Considerações Finais e das Referências que foram usadas na construção desse relato.

**2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESTRUTURA FÍSICA, MATERIAL E PESSOAL DA ESCOLA**

A Escola Estadual José Guedes do Rêgo é localizada no centro da cidade de Pau dos Ferros, proporcionando, assim, um fluxo de alunos, tanto do centro da cidade como dos demais bairros. Funciona em dois turnos, no turno matutino com turmas de 1º ao 4º ano e no turno vespertino com turmas de 4° e 5° ano.

A estrutura física é constituída de dois pavimentos, sendo que no térreo existe um galpão que conforme a necessidade é adaptado o seu funcionamento, podendo ser usado como refeitório, auditório e/ou espaço recreativo. Há, também, uma sala para administração, uma para secretaria com um arquivo anexo, uma sala grande onde funcionam as oficinas do Programa Mais Educação, duas salas de aula, em uma delas funciona o laboratório de informática com dezoito computadores, a cozinha e um depósito de merenda, dois banheiros (masculino e feminino) destinados aos funcionários. No primeiro andar tem quatro salas de aula, sendo uma adaptada para biblioteca, uma sala de professor, oito banheiros (4 masculinos e 4 femininos) e um almoxarifado.

A escola possui computadores, impressora e copiadora, aparelhos de DVDs, televisão, data show, câmera fotográfica digital, filmadora, adquiridos com recursos do PDDE e advindos através de programas do MEC/ SEEC/RN.

O corpo docente dessa instituição é formado por onze professores graduados na área de educação com licenciatura em pedagogia. A equipe pedagógica é formada por um supervisor e um coordenador pedagógico para atender a todos os professores nos dois turnos. Além dos onze professores, a escola conta com a equipe gestora, diretor e vice-diretor, escolhido de forma democrática, um secretário e dois auxiliares, um porteiro, três merendeiras, duas auxiliares de serviços gerais, dois vigias noturnos, dois professores regentes de biblioteca, sendo alguns desses funcionários terceirizados.

A escola tem atualmente, uma matrícula de 239 alunos, numa faixa etária de 06 a 14 anos, provenientes de diversos bairros da cidade. Todos, filhos da classe trabalhadora, uma parte com uma renda familiar na média entre um e dois salários mínimos e outros com renda inferior a isso. Quanto ao grau de instrução dos pais, segundo a gestão da escola, uma grande maioria tem o 1º grau incompleto e alguns não são alfabetizados, constituindo um grupo que apresenta semelhança e diferenças em seus aspectos sociais, econômicos e culturais.

**3 IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA ESCOLA**

Inicialmente é preciso compreender um pouco sobre o que sejam políticas educacionais. As políticas educacionais fazem parte do conjunto de políticas públicas, que por sua vez diz respeito a ações e diretrizes elaboradas para enfrentamento de problemas de ordem pública. (SECCHI, 2014). O Plano Nacional de Educação – PNE pode ser um exemplo de diretriz elaborada em prol de melhorias na educação pública brasileira. Tendo passado por duas décadas desde a implementação do primeiro PNE em 2001, estamos vivendo em meio ao terceiro PNE que envolve os anos de 2014-2024, o qual vem tentando manter e ao mesmo tempo implementar os programas de governo que atendem as escolas públicas da educação básica no país, como é o caso dos Programas do Livro, Programa Caminhos na Escola, Programa de Dinheiro Direto na Escola – PDDE, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Brasil Alfabetizado, Mais Educação, dentre outros.

Em visita a referida escola campo de pesquisa tivemos a oportunidade de conversar com os profissionais daquela instituição que nos forneceram informações importantes sobre os programas e projetos vinculados às políticas públicas nas esferas estadual e nacional. Foram mencionados programas como o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) versão 2017 outros em andamento como Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Mais Alfabetização e o Novo Mais Educação que no primeiro semestre de 2018 se encontra paralisado à espera de recursos. Além desses, sabemos da existência do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), por meio dos quais o governo federal fornece as escolas de educação básica pública, obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como com outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita conforme posto na Resolução n. 42 de 28 de agosto de 2012, o qual em seu Art. 1º propõe “Prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)”.

Há, também, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conhecido como Merenda Escolar, ele consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. Na entrevista a gestão da escola campo de pesquisa afirmou que é preciso ter alguns cuidados na escola para que os recursos da merenda sejam suficientes para atender a demanda dos alunos, do contrário, pode acontecer de faltar merenda em alguns períodos no ano letivo na escola.

Isso significa que a gestão escolar precisa administrar cuidadosamente os recursos para que atenda a todos os alunos no decorrer do ano letivo, considerando os valores repassados por aluno de acordo com o nível de ensino, a Resolução N. 01 de 08 de fevereiro de 2017 aponta que o governo gasta com alimentação escolar R$ 0,36 (trinta e seis centavos de real) por aluno matriculado na instituição, a depender do número de alunos matriculados, os recursos variam de escola para escola.

Assim sendo, a escola informou que trabalham apenas com os recursos que vem direto do Governo Federal e nem sempre é complementado pelo governo do estado e ou do município. No entanto, considerando o exposto nas resoluções e leis o financiamento da educação básica, o financiamento e manutenção é responsabilidade da União, estados e municípios, conforme o que está posto na LDB n. 9394/96

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante deimpostos, compreendidas astransferências  constitucionais,  na  manutenção  e  desenvolvimento  do  ensino público. (BRASIL, 2018)

De forma geral os participantes da entrevista descrevem e caracterizam os programas como ações importantes na contribuição da melhoria na qualidade do ensino, cada um com sua especificidade, mas todos com foco no ensino aprendizagem. Apontaram alguns resultados positivos e as dificuldades e desafios enfrentados pela escola na execução desses programas. Para melhor compreensão, vamos analisar cada programa acima citado.

O Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) versão 2017 proporcionou o desenvolvimento de uma proposta pedagógica inovadora e facilitadora da aprendizagem dos alunos. A escola ofereceu oficinas de leitura e matemática a partir da interação com a arte e o trabalho com jogos artes, utilizando kits de materiais e recursos apropriados para essa tarefa educacional adquiridos com recursos do PIP; criando assim, condições necessárias para que os alunos aprendam como sujeitos ativos, participativos e na interação com o outro.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) oferece formação para professores que lecionam do 1º ao 3º ano com o objetivo de melhorar suas práticas pedagógicas que contribuam para o processo de alfabetização dos alunos dentro do ciclo dos 03 anos de idade até 08 anos. Alguns professores participam e conseguem perceber algumas mudanças em suas práticas pedagógicas, mas sentem dificuldades por não existir um material direcionado aos alunos que acompanhe o programa dos cadernos de atividades trabalhados por eles, mas, consideram a proposta da formação relevante às necessidades dos alunos em relação ao processo de ensino aprendizagem.

O Programa Mais Alfabetização, criado pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, está em processo de implementação, é uma estratégia do Ministério da Educação para fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º e no 2º ano do ensino fundamental. Tem como objetivo fortalecer as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática. Para isso, a escola irá receber, nas turmas apoio adicional, prioritariamente no turno regular, do assistente de alfabetização ao professor alfabetizador, por um período de cinco horas semanais. Por enquanto o clima é de expectativa na escola, já que está em fase de implementação.

O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, atualmente, nomeado de Novo Mais Educação, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Nessa escola, as atividades escolhidas foram acompanhamento pedagógico, dança, teatro e Karatê.

Os profissionais reconhecem a importância desse programa, no entanto, manifestam suas insatisfações nas condições oferecidas, principalmente, em relação a infraestrutura, pois a escola não dispõe de espaço físico adequado para a realização do programa. Outro aspecto negativo apontado por eles é o sistema de voluntariado dos profissionais que atuam, contrariando assim, as políticas de incentivo e valorização profissional. Eles ainda relataram que este ano de 2018 não conseguiram dar início as atividades por falta de liberação dos recursos financeiros. Não se sabe se por questões burocráticas ou outros fatores que tem impedido a chegada dos recursos para dar continuidade ao Programa Mais Educação.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As políticas públicas, conforme mencionado no início desse trabalho, diz respeito à ações voltadas para a solução de problemas de ordem coletiva e pública. No caso desse trabalho, nos voltamos para as políticas públicas na educação básica, mais precisamente na escola pública estadual de Ensino Fundamental I, através de entrevista semiestruturada, buscando identificar quais as políticas públicas que estão presentes na instituição e o impacto destas na dinâmica escolar.

Os resultados da pesquisa mostraram que a escola campo de pesquisa acolhe vários dos programas de governo, apesar de ser uma instituição pequena em temos de números de alunos, professores e demais funcionários. A presença desses programas é de relevante importância para a dinâmica da escola, como é o caso dos livros didáticos que são usados pelos alunos e professores.

O PNAIC que tem contribuído para a alfabetização na idade certa, mesmo os resultados não sendo satisfatórios pelas exigências das avaliações internas e externas, Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, percebe-se uma melhoria nas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola. E uma preocupação maior da instituição com a alfabetização dos alunos nas fases do primeiro ciclo que atende do 1º ao 3º ano, principalmente quando na entrevista falaram sobre a necessidade de inicialização do Programa Novo Mais Educação o qual complementa as atividades pedagógicas no processo de alfabetização dos alunos.

As dificuldades enfrentadas pela instituição dizem respeito às questões de infraestrutura e recursos didáticos e pedagógicos que ajudem na dinamização das aulas. A falta de salas de aula e espaços físicos para o desenvolvimento dos programas, são poucos espaços que funcionam várias atividades em forma de rotatividade, mas apesar das dificuldades a instituição tem

Em suma, conhecer a realidade das escolas enquanto espaço público que abriga os Programas de Governo, nos faz compreender que não basta a existência de programas e da política pública em termos teóricos se as ações não são efetivadas na prática, conforme vimos em Libâneo; Oliveira; Toschi (2012) A continuidade dos programas também é fundamental para que se consiga ver os resultados e transformações na educação. Alguns funcionam apenas como medidas paliativas em busca de resultados imediatos, mas que não geram os resultados pretendidos. Em termos do sistema educacional, é preciso pensar e trabalhar continuamente em médio e longo prazo já que os resultados não se fazem sentir de imediato.

As políticas públicas tem se mostrado mais como planos de governo do que planos de intervenção social em beneficio público. Diante disso, acreditamos que as propostas de políticas públicas de Estado que sejam independentes das políticas de governo, capazes de serem executadas dando continuidade nas ações independente das mudanças de governo.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL, **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_\_\_, **RESOLUÇÃO Nº 42 DE 28 DE AGOSTO DE 2012.** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3758-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-42,-de-28-de-agosto-de-2012-alterada-pela-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-44,-de-13-de-novembro-de-2013?highlight=WyJlIiwiYSIsIidhIiwiZXNjb2xoYSIsImUgXHUwMGUwIiwiZSBhIGVzY29saGEiLCJhIGVzY29saGEiXQ==

\_\_\_\_\_\_\_, **RESOLUÇÃO Nº 01 DE 08 DE FEVERIRO DE 2017.** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FNDE. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/10900-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-mec-n%C2%BA-1,-de-8-de-fevereiro-de-2017

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

PROGRAMAS DO LIVRO. **FNDE** Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/legislacao/item/9787-sobre-os-programas-do-livro?tmpl=component&print=1

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

**ANEXO**

**ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

Roteiro de entrevista para obter informações importantes na realização da pesquisa: Da concepção à implementação dos programas educacionais: análise sobre as políticas públicas na escola de educação básica que tem como objetivo conhecer a escola pública e a realidade sociocultural em que a organização do trabalho educativo é realizada, com ênfase nas políticas públicas.

QUESTÕES

1- Quais políticas e programas educacionais financiados pelo Governo Federal estão presentes na escola?

2- Quais as características desses programas na escola?

3- Quais os resultados positivos dessas políticas na escola?

4- Quais as dificuldades? Destaque os pontos centrais.